

CONSULTA PÚBLICA

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO PARA 2021-2026

Resultados da Consulta Pública a respeito das
propostas de Macrodesafios para a Estratégia
Nacional do Poder Judiciário 2021-2026



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros

Humberto Eustáquio Soares Martins

Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Candice Lavocat Galvão Jobim

Francisco Luciano de Azevedo Frota

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Ivana Farina Navarrete Pena

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

André Luis Guimarães Godinho

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral

Carlos Vieira von Adamek

Diretor-Geral

Johaness Eck

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

Richard Pae Kim

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretário de Comunicação Social

Rodrigo Farhat

Projeto gráfico

Eron Castro

Revisão

Carmem Menezes

2019

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

CONSULTA PÚBLICA

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO PARA 2021-2026

Resultados da Consulta Pública a respeito das
propostas de Macrodesafios para a Estratégia
Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
RESULTADOS POR MACRODESAFIO	10
DOS PARTICIPANTES	18
PROSPECÇÃO TEMÁTICA	20
ANEXO – QUESTIONÁRIO DOS MACRODESAFIOS	24

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os Macrodesafios do Poder Judiciário assinalam grandes temas, ou mesmo problemas-chave, que serão objeto de atuação sistêmica dos tribunais e conselhos de Justiça para aprimoramento dos serviços judiciais. Desse modo, o estabelecimento de Macrodesafios deve considerar tanto os fatores internos à administração, como a gestão financeira, os processos de trabalho e de desenvolvimento organizacional, quanto os fatores diretamente relacionados à prestação de serviços à sociedade, por exemplo, o acesso à justiça, a celeridade e a solução de conflitos.

Instituída pela Resolução CNJ n. 198/2014, a Estratégia Nacional estabelece os Macrodesafios do Poder Judiciário para o período 2015-2020, sendo aplicável a todos os conselhos de Justiça e tribunais do país, com exceção do Supremo Tribunal Federal. Ademais, estabelece aspectos como Planos Estratégicos dos Tribunais alinhados à Estratégia do Poder Judiciário; participação efetiva de magistrados, servidores e demais integrantes do sistema judiciário na elaboração de suas propostas de seus planejamentos estratégicos; abrangência mínima de seis anos; realização anual de Encontros Nacionais do Poder Judiciário.

Tendo em vista a proximidade do término do ciclo vigente, foi iniciada ainda em 2019 a revisão da Estratégia Nacional, que conta com as seguintes etapas: reativação do Comitê Gestor Nacional, diagnóstico da Estratégia vigente, quatro reuniões com o Comitê Gestor Nacional, videoconferências com os subcomitês dos segmentos, **consulta pública das propostas de Macrodesafios**, entre outras.

Assim, o processo de formulação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 constitui esforço colaborativo construído ao longo de todo o ano, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça e o apoio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, que culmina com a aprovação dos Macrodesafios pelos presidentes dos tribunais durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário.

DA CONSULTA

A Consulta Pública teve o objetivo de colher a opinião dos cidadãos, magistrados, servidores, advogados e demais membros da sociedade que desejam contribuir sobre as propostas de Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026.

A pesquisa foi realizada por meio eletrônico entre os dias 23 de setembro a 6 de outubro de 2019 e divulgada nos meios de comunicação do CNJ e dos tribunais. No total, foram contabilizadas 2.029 manifestações.

DOS MACRODESAFIOS

Segue a relação e breve apresentação dos Macrodesafios submetidos à Consulta Pública:

- > **Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.** Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.
- > **Garantia dos direitos fundamentais.** Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os Direitos e as Garantias Fundamentais (Constituição Federal, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- > **Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.** Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.
- > **Prevenção de litígios e Adoção de soluções consensuais para os conflitos.** Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação.
- > **Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios.** O sistema de precedentes brasileiro, descrito no Novo Código de Processo Civil, constitui importante papel na prática do dia a dia do Judiciário brasileiro, permitindo acelerar as soluções dos processos, fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como a coerência e a integridade dos provimentos judiciais.
- > **Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas.** Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas.
- > **Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.** Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.
- > **Fortalecimento do Processo Eleitoral.** Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de todo processo que envolve as eleições.
- > **Fortalecimento da Política Nacional de Gestão de Pessoas.** Refere-se ao aprimoramento de métodos e práticas objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário.

- > **Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.** Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.
- > **Aperfeiçoamento da administração e governança judiciária.** Visa à eficiência interna, à humanização do serviço administrativo voltado ao cidadão, à transparência institucional, à desburocratização, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.
- > **Fortalecimento da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e de Proteção de dados.** Visa aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal em tecnologia da informação, prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas, promover a adoção de padrões tecnológicos, aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação, aprimorar a segurança da informação e proteger os dados pessoais como forma de garantir a liberdade e a privacidade das pessoas.
- > **Aperfeiçoamento da Política de Sustentabilidade.** Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, além de abranger os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

RESULTADOS POR MACRODESAFIO

De acordo com os dados recebidos, foi possível verificar grande aceitação dos Macrodesafios nos termos propostos após a análise do CNJ. A maioria dos respondentes classificou os Macrodesafios como muito importantes ou importantes.

Os gráficos a seguir apresentarão os resultados por Macrodesafio.

MACRODESAFIO – AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O Macrodesafio Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Foi possível identificar que 76,39% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 21,54%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

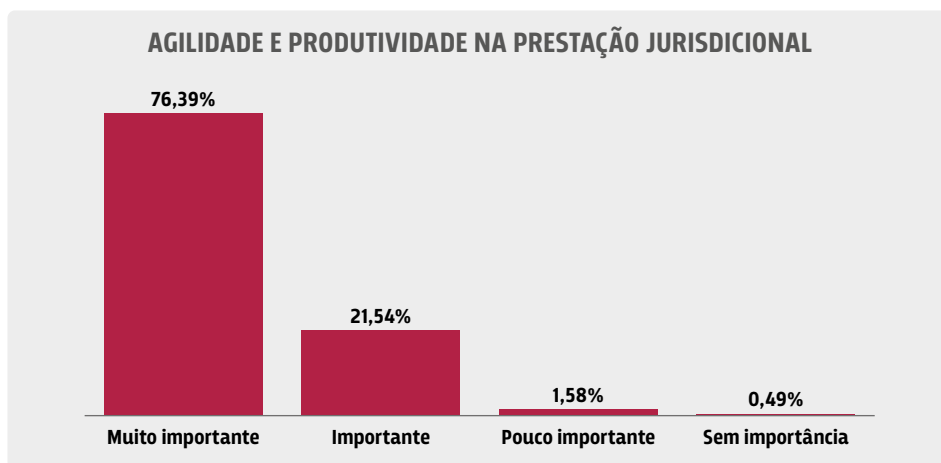


Gráfico 1 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O Macrodesafio Garantia dos direitos fundamentais refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e as Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Foi possível identificar que 86,64% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 12,22% como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

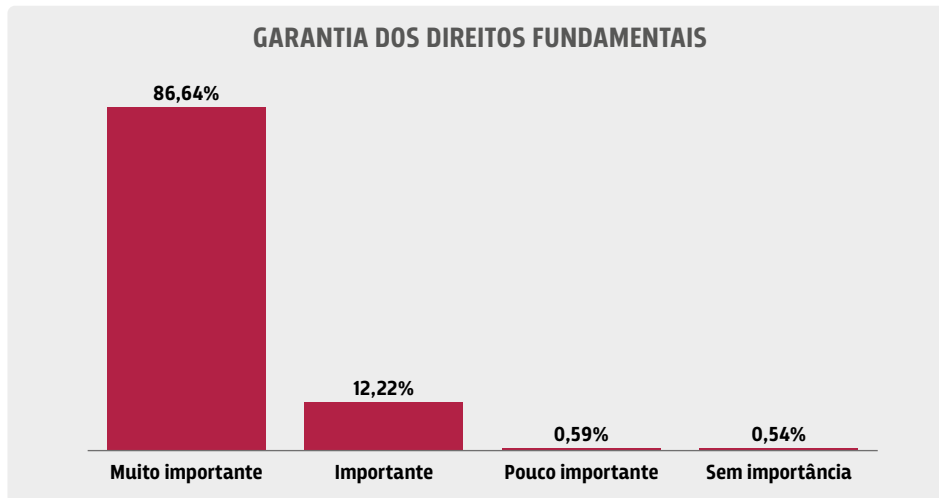


Gráfico 2 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

O Macrodesafio Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais refere-se a um conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Foi possível identificar que 84,18% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 14,14%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

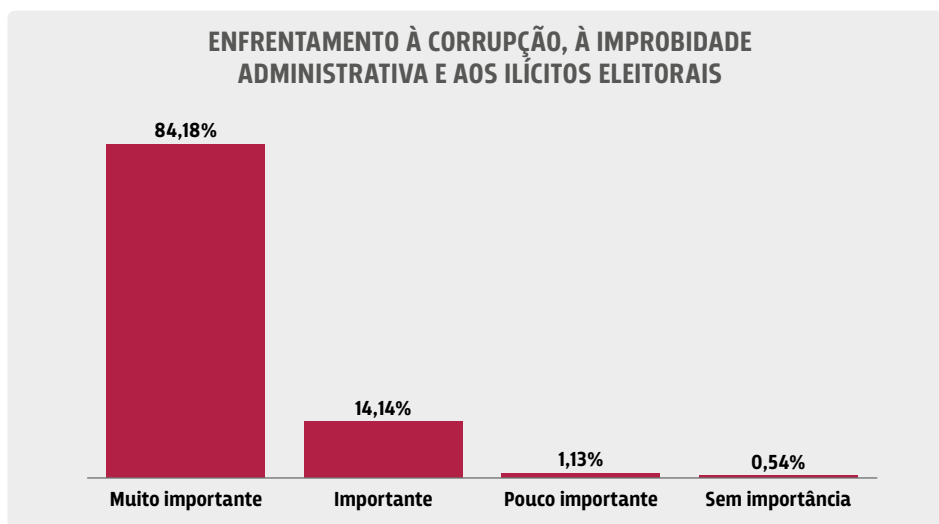


Gráfico 3 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

O Macrodesafio Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação.

Foi possível identificar que 53,38% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 38,49% como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:



Gráfico 4 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

O Macrodesafio Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios constitui importante papel na prática do dia a dia do Judiciário brasileiro, permitindo acelerar as soluções dos processos, fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais.

Foi possível identificar que 44,06% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 46,23%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

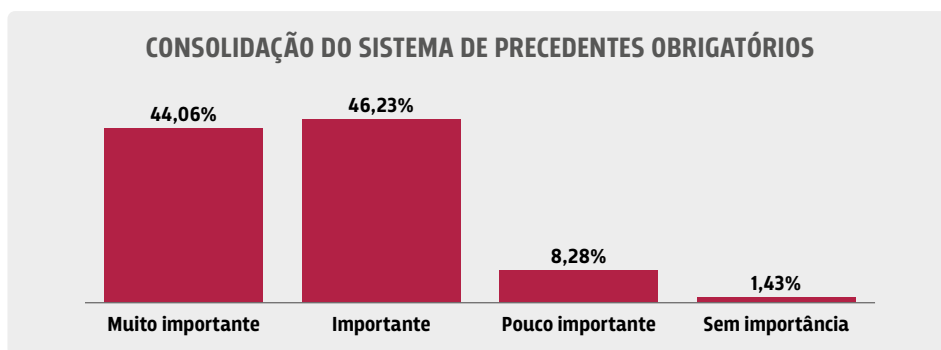


Gráfico 5 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Macrodesafio Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas refere-se à implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas.

Foi possível identificar que 49,33% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 42,43%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

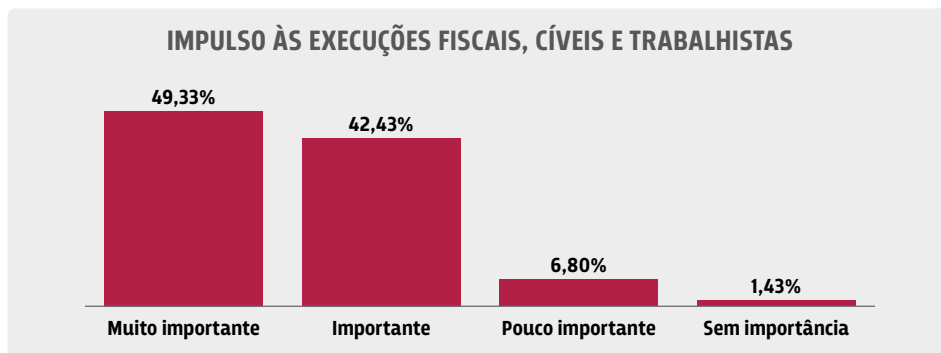


Gráfico 6 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

O Macrodesafio Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Foi possível identificar que 67,62% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 27,45%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

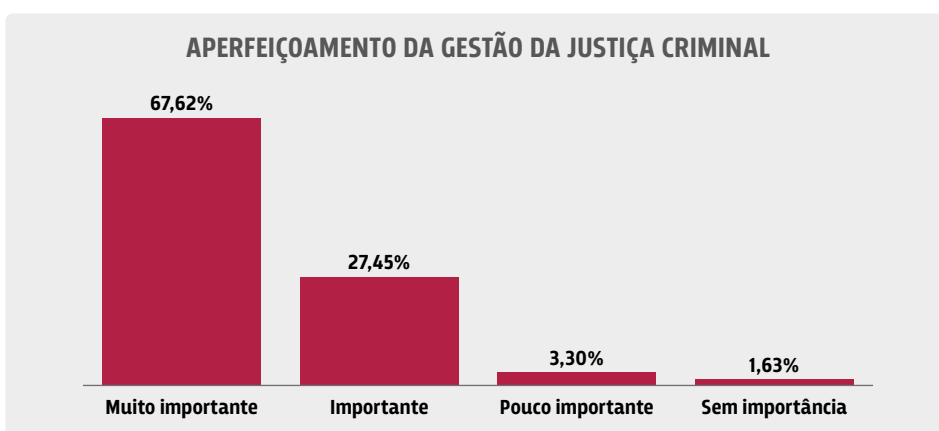


Gráfico 7 - Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – FORTALECIMENTO DO PROCESSO ELEITORAL

O Macrodesafio Fortalecimento do processo eleitoral está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de todo processo que envolve às eleições.

Foi possível identificar que 42,98% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 41,89%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

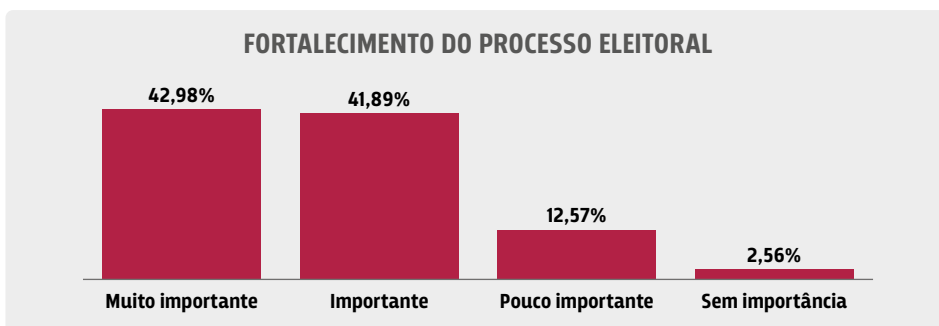


Gráfico 8 - Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – FORTALECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS

O Macrodesafio Fortalecimento da política nacional de gestão de pessoas refere-se ao aprimoramento de métodos e práticas objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário.

Foi possível identificar que 61,02% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 30,75%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

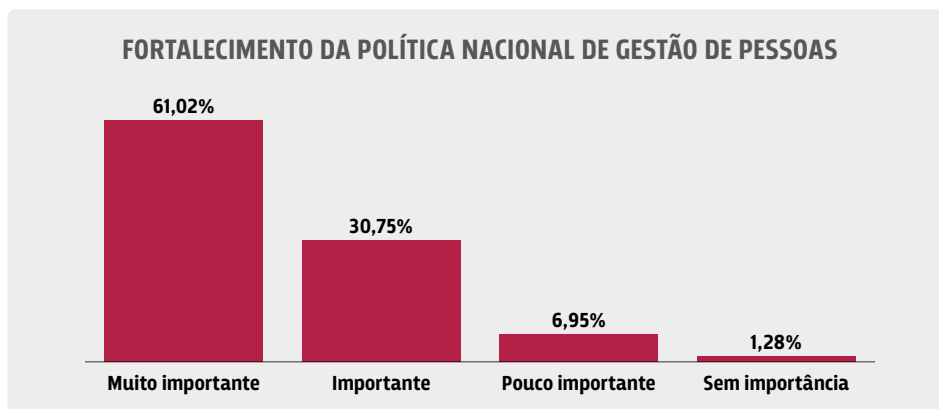


Gráfico 9 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Macrodesafio Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.

Foi possível identificar que 60,92% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 33,42%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

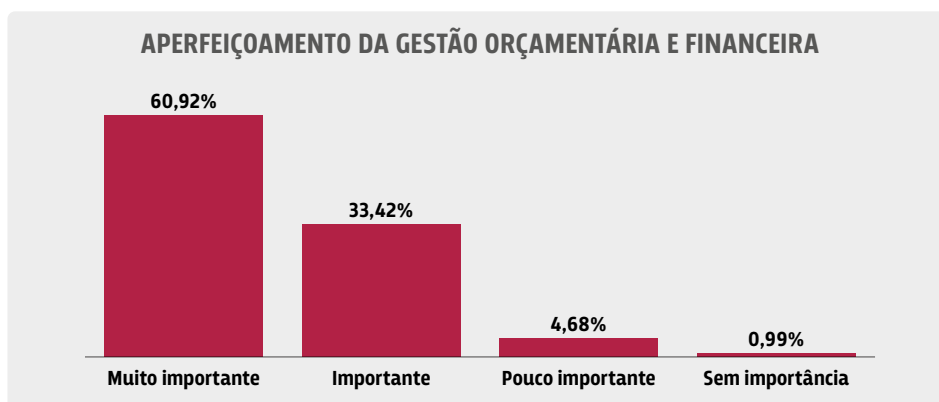


Gráfico 10 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

O Macrodesafio Aperfeiçoamento da administração e governança judiciária visa à eficiência interna, à humanização do serviço administrativo voltado ao cidadão, à transparência institucional, à desburocratização, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Foi possível identificar que 62,35% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 31,99%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

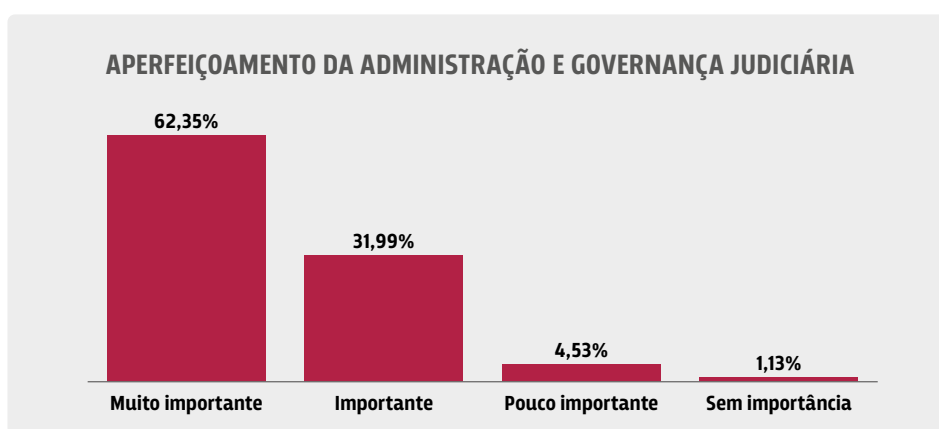


Gráfico 11 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE PROTEÇÃO DE DADOS

O Macrodesafio Fortalecimento da estratégia nacional de tecnologia da informação e de proteção de dados visa aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal em tecnologia da informação, prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas, promover a adoção de padrões tecnológicos, aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação, aprimorar a segurança da informação e proteger os dados pessoais como forma de garantir a liberdade e a privacidade das pessoas.

Foi possível identificar que 59,49% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 35,39%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

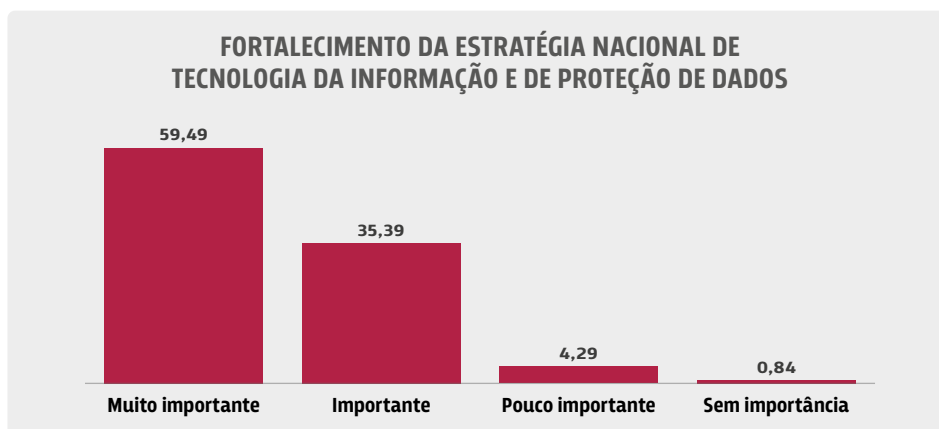


Gráfico 12 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

MACRODESAFIO – APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

O Macrodesafio Aperfeiçoamento da política de sustentabilidade visa ao aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, à redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, à promoção das contratações sustentáveis, à gestão sustentável de documentos e à qualidade de vida no ambiente de trabalho, além de abranger os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Foi possível identificar que 52,64% dos respondentes consideraram o Macrodesafio como “Muito importante” e 35,44%, como “Importante”, conforme demonstra o gráfico a seguir:

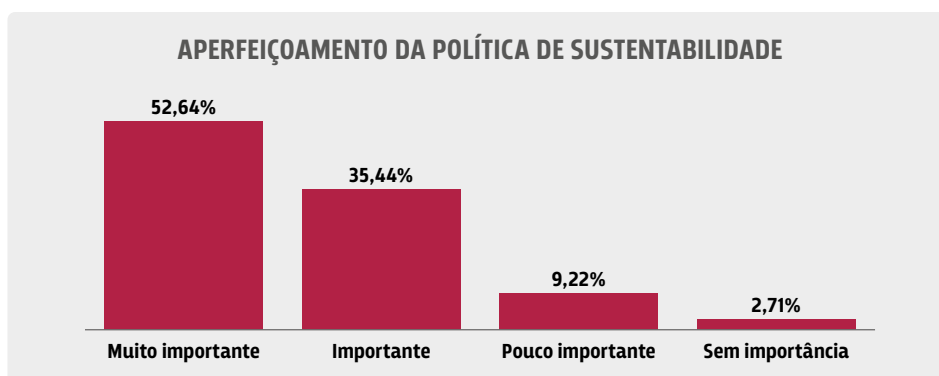


Gráfico 13 – Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?

DOS PARTICIPANTES

Foram recebidas 2.029 colaborações durante o período da consulta pública. Verificou-se que a maioria das participações veio dos cidadãos¹ e de magistrados, 69% e 27,9%, respectivamente:

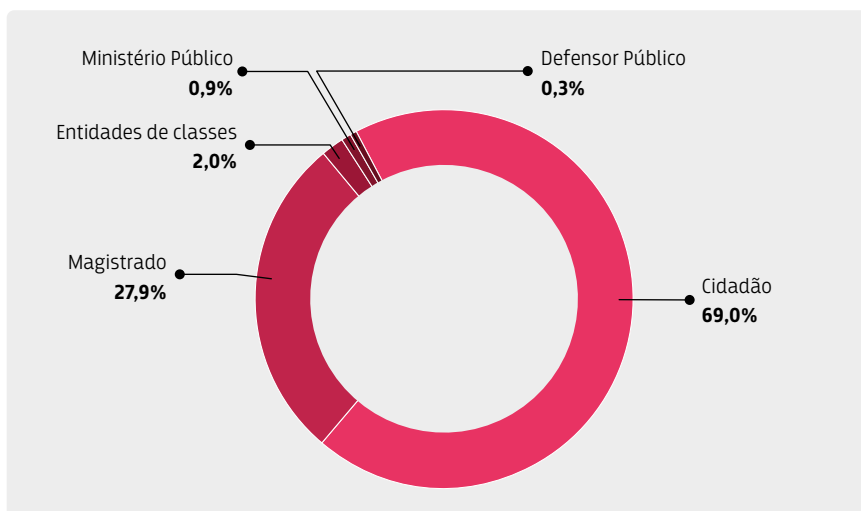


Gráfico 14 – Perfil dos Respondentes

Ao se considerarem os estados respondentes, a região sudeste foi a que teve o maior número de manifestações, contabilizando 42,6% no total, seguida pela região Nordeste, com 24,5% respondentes, como pode ser visto no gráfico abaixo:

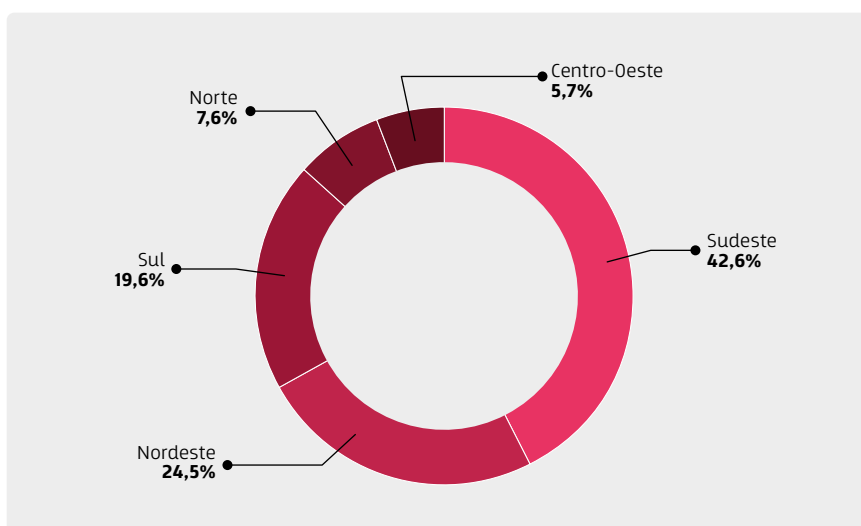


Gráfico 15 – Respostas por região

¹ O perfil "cidadão" incluiu os servidores do Poder Judiciário.

Em resumo, segue gráfico abaixo que sintetiza o grau de importância dos temas dos Macrodesafios para o Poder Judiciário:

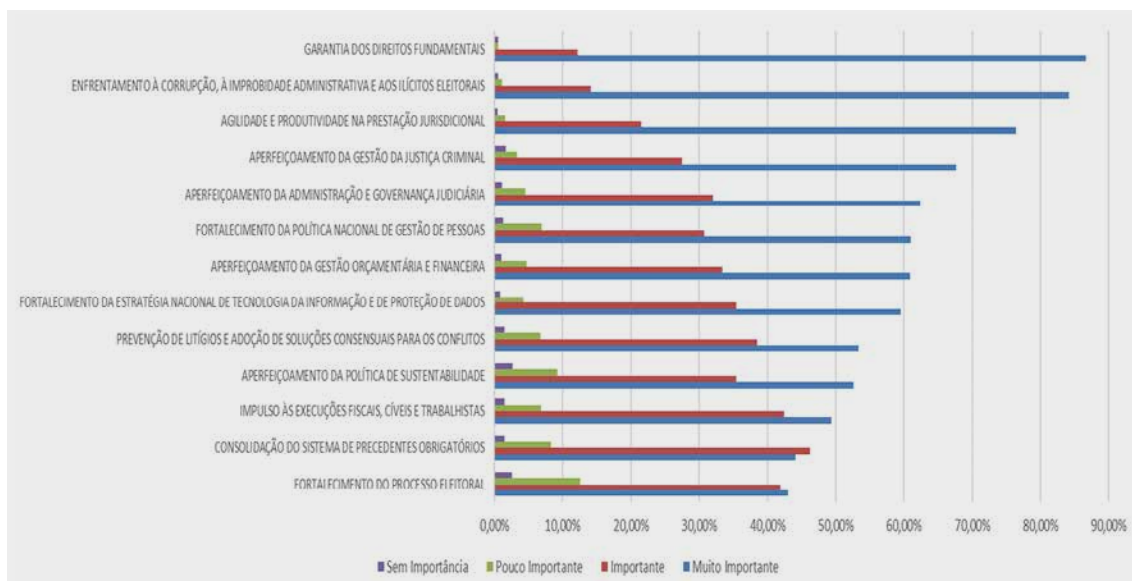


Gráfico 16 – Grau de Importância dos Macrodesafios

PROSPECÇÃO TEMÁTICA

A Consulta Pública dos Macrodesafios realizada pelo CNJ solicitou que os participantes respondessem também quais outras temáticas consideravam importante para o Poder Judiciário para os próximos anos.

Foram recebidas ao todo 1.075 manifestações, sendo que muitas temáticas já haviam sido contempladas nos atuais Macrodesafios, por exemplo, uniformização de procedimentos, aprimoramento da Segurança da Informação, gestão da execução penal e do sistema penitenciário e priorização de ações criminais de violência doméstica contra a mulher.

Após análise dos temas propostos, as sugestões foram agrupadas conforme lista a seguir:

- Matéria Previdenciária (competência delegada e reforma da previdência);
- Estabelecimento de política de comunicação;
- Fortalecimento da imagem do Poder Judiciário perante a sociedade;
- Cooperação e articulação interinstitucional;
- Melhoria contínua dos processos de trabalho;
- Judicialização da saúde (medicamentos, leitos, tratamento aos pacientes);
- Fortalecer e dar concretude aos estudos dos Comitês de Inteligência;
- Promover a inovação;
- Restrições financeiras e orçamentárias;
- Uniformização de procedimentos e sistemas;
- Adoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável;
- Aprimorar a segurança da informação;
- Promover a acessibilidade aos sistemas do Judiciário;
- Gestão da execução penal, do sistema penitenciário, programas de ressocialização dos presos;
- Priorização de ações criminais de violência doméstica contra mulher;
- Mediação e conciliação.

A outra pergunta aberta se referia a quais serão os aspectos desfavoráveis (limitações, restrições, ameaças, adversidades), no âmbito externo, a serem enfrentados pela Justiça nos próximos anos. As respostas recebidas foram agrupadas em cinco eixos, quais sejam: percepção do Poder Judiciário, questões orçamentárias, questões políticas, questões de pessoal, aumento da demanda/morosidade, questões tecnológicas e outros:

Percepção do Poder Judiciário:

- Desgaste da imagem do poder perante a sociedade;
- Insegurança jurídica;
- Falta de credibilidade;
- Queda da confiança pública;
- Desconfiança da população em relação aos membros do poder judiciário; e
- Autoritarismo dentro e fora do Judiciário, abuso de poder.

Questões orçamentárias:

- Restrições financeiras e orçamentárias;
- O limite orçamentário previsto pela Emenda Constitucional n. 95;
- Crise financeira do estado e necessidade de reorganização;
- Cortes orçamentários impostos por lei;
- A limitação orçamentária é o principal problema, que certamente levará à redução de quantidade e qualidade das pessoas que trabalham no judiciário; e
- Necessidade de haver independência orçamentária.

Questões Políticas:

- Lei do abuso de autoridade;
- Instabilidade política;
- A falta de apoio e alinhamento com o Poder Executivo;
- Interferência de outros poderes;
- A fraqueza da democracia;
- As ameaças de extinção de importantes órgãos; e
- A mídia que repassa alguns julgamentos de forma equivocada.

Questões de Pessoal:

- Redução do quadro de pessoal;
- Ausência de plano de carreira;
- Aposentadoria e ausência de concursos públicos;
- Cobrança excessiva de produção e adoecimento dos servidores;

- Falta de capacitação dos servidores; e
- Produtividade sobrecarga de serviço × qualidade de serviço.

Aumento da demanda/morosidade:

- Aumento da demanda processual;
- Morosidade processual;
- Demora da prestação jurisdicional que acarreta sentimento de impunidade na sociedade;
- Crescente demandas judiciais sem a estrutura necessária para sua resolução eficiente;
- Políticas públicas defasadas resultando em maior litigiosidade; e
- Estrutura organizacional que não atende às demandas.

Questões Tecnológicas

- Virtualização insuficiente;
- Problemas com a internet devido à implantação de sistemas totalmente eletrônicos;
- Ausência de integração de dados unificada entre todos os órgãos públicos;
- Substituição das pessoas por máquinas com inteligência artificial;
- Falta de aparelhamento e tecnologias nos tribunais de justiça, notadamente nas comarcas do interior; e
- Obrigatoriedade de uso de sistemas nacionais sem integração com os sistemas estaduais.

Outros:

- Crise ambiental;
- Acessibilidade;
- Precariedade da segurança pública;
- Falta de informação do cidadão sobre o papel do Poder Judiciário;
- Excessos de Recursos Judiciais;
- Falta de acesso aos mais necessitados; e
- Alinhamento do Poder Judiciário com a Agenda 2030.

O gráfico a seguir demonstra os quantitativos relacionados aos aspectos desfavoráveis a serem enfrentados pela Justiça nos próximos anos, no âmbito externo:

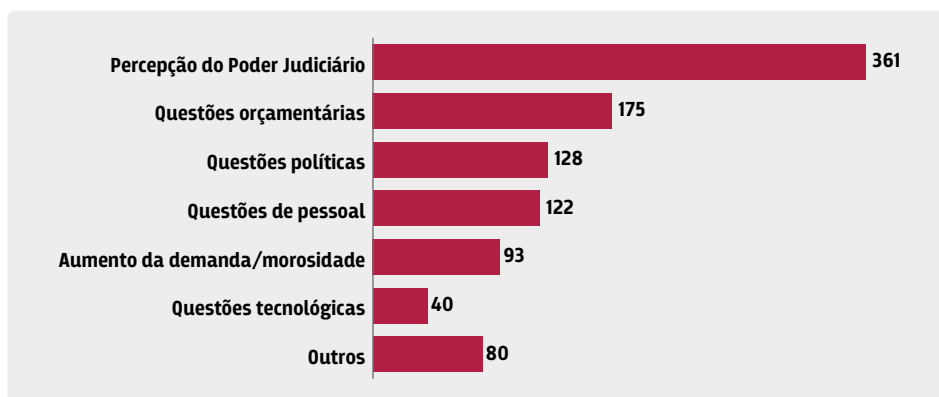


Gráfico 17 – Quantitativos absolutos sobre quais serão as grandes adversidades a serem enfrentadas pelo Poder Judiciário nos próximos anos

ANEXO – QUESTIONÁRIO DOS MACRODESAFIOS

CONSULTA PÚBLICA SOBRE OS MACRODESAFIOS E AS EXPECTATIVAS FUTURAS PARA O PODER JUDICIÁRIO

Identificação	
Perfil: Indicar com x	<input type="checkbox"/> Advocacia <input type="checkbox"/> Cidadão <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Ministério Público <input type="checkbox"/> Servidor do Poder Judiciário
Unidade Federativa	

Principais temas a serem enfrentados pelo Poder Judiciário	
Macrodesafios	Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.	<input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância
GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e as Garantias Fundamentais (Constituição Federal, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.	<input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância

Principais temas a serem enfrentados pelo Poder Judiciário

Macrodesafios	Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?
<p>ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.</p>	<p><input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância</p>
<p>PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação.</p>	<p><input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância</p>
<p>CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS O sistema de precedentes brasileiro, descrito no Novo Código de Processo Civil, constitui importante papel na prática do dia a dia do Judiciário brasileiro, permitindo acelerar as soluções dos processos, fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais.</p>	<p><input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância</p>
<p>IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas.</p>	<p><input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância</p>
<p>APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.</p>	<p><input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância</p>
<p>FORTELECIMENTO DO PROCESSO ELEITORAL Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de todo processo que envolve as eleições.</p>	<p><input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância</p>

Principais temas a serem enfrentados pelo Poder Judiciário	
Macrodesafios	Como você avalia a importância do tema para o Poder Judiciário?
<p>FORTELECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO DE PESSOAS Refere-se ao aprimoramento de métodos e práticas objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário.</p>	<input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância
<p>APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.</p>	<input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância
<p>APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA JUDICIÁRIA Visa à eficiência interna, à humanização do serviço administrativo voltado ao cidadão, à transparência institucional, à desburocratização, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.</p>	<input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância
<p>FORTELECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE PROTEÇÃO DE DADOS Visa aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal em tecnologia da informação, prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas, promover a adoção de padrões tecnológicos, aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação, aprimorar a segurança da informação, e proteger os dados pessoais como forma de garantir a liberdade e a privacidade das pessoas.</p>	<input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância
<p>APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, além de abranger os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.</p>	<input type="checkbox"/> Muito importante <input type="checkbox"/> Importante <input type="checkbox"/> Razoavelmente importante <input type="checkbox"/> Pouco importante <input type="checkbox"/> Sem importância

Perguntas abertas do questionário:

1. Além dos temas já tratados, qual outra temática você avalia importante para o Poder Judiciário para os próximos anos?
2. Na sua opinião, qual será a grande adversidade a ser enfrentada pelo Poder Judiciário nos próximos anos?

